



ENGENHARIA

Fragilidade no Ensino Médio afasta estudantes da carreira

PÁGINAS 4 e 5



RENOVAÇÃO COM SUPERVIA COMPROMETE O PROJETO CENTRAL

Pág. 8

SENGE-RJ mantém luta contra ato inconstitucional que renova contrato com a concessionária

Uma tragédia mil vezes anunciada

Mais uma vez temos que enfrentar uma tragédia causada pelas chuvas de verão. Mais uma vez e não sabemos até quando temos que chorar as mortes que poderiam ter sido evitadas, prestar nossa solidariedade às famílias das vítimas, construir as redes de auxílio que se multiplicaram por todo país e, principalmente, sermos mais veementes na cobrança para que o genérico poder público cumpra seu papel.

O SENGE-RJ acompanhou de forma solidária o desfecho de mais essa tragédia, coordenou juntamente com outras entidades da engenharia um grupo de trabalho para aprofundar a discussão sobre as causas e as ações que se fazem necessárias face a este problema que atinge de forma mais dramática o estado do Rio de Janeiro.

O que podemos afirmar é que já existe tecnologia disponível para previsão de catástrofes como essa, faltando simplesmente que os governos, nos três níveis, se articulem para montar um sistema de prevenção diretamente ligado a uma forma de desocupação das áreas a serem atingidas. Todos os especialistas em desastres ambientais são unânimes em afirmar que as chuvas, por mais intensas que sejam, só causam muitas mortes quando inexistente um sistema como este.

Apesar da tristeza, a tragédia também revela sua dimensão moral e política no descaso dos governantes.

Comemoração da Previdência Social

■ CLEMILCE SANFIM DE CARVALHO

São transcorridos 88 anos, contados desde a data do Decreto 4.682 de 24/01/1923, que lançou as bases do que viria a ser a Previdência Social Pública do Brasil. Motivo de comemoração, pela grandeza e abrangência do sistema. Comemora-se, desde a aprovação da Lei 6.926/81, em 24 de janeiro, o Dia Nacional do Aposentado – há, portanto, 30 anos.

Festejada por muitos – aposentados, pensionistas e trabalhadores ativos –, vai alcançando, a par e passo, a sustentabilidade necessária e desejada, sendo modelo não só para os demais países da América do Sul, como também de todo o mundo.

Aproveitando o desenvolvimento da tecnologia da informação, evoluiu de maneira a superar as dificuldades de décadas, podendo oferecer hoje, aos seus segurados, modelo racional e moderno de informação, orientação e presteza.

Não obstante essa constatação, o sistema público de Previdência Social continua sofrendo pressões de setores influentes da economia brasileira, a quem não interessam a grandeza e o alcance do maior programa de desconcentração de renda do país – e de alavancagem da economia, principalmente de pequenos e médios municípios.

Também pressionam contra sua estabilidade os grandes conglomerados de previdência complementar aberta, que vem robustecendo, na rede bancária, grande volume de riqueza, o maior dos lucros apresentados pelas instituições financeiras. A disputa pelo ganho justifica sua presença constante na mídia.

Se há motivos de sobra para preocupação, há também questões de suma importância para aposentados e pensionistas tramitando no Congresso Nacional. Se aprovadas, farão justiça recuperando direitos e salários da inatividade, profundamente reduzidos com a política impingida aos segurados nas últimas décadas.

Aqui e ali surgem informações a respeito de alterações que seriam introduzidas através de reforma da Previdência.

“Nada mais ofensivo ao Sistema Previdenciário do que a desoneração da folha de pagamento”

Segundo informa a Folha Online, a presidente diz: ‘não vale a pena investir em reformas que impliquem custo político e consumo de energia monstruosa neste início de mandato’. Por outro lado, ela ‘pretende aprovar três ou quatro projetos pontuais de reforma tributária, entre eles a desoneração da folha de pagamento, que devem ser enviados para o Congresso, em fevereiro’.

Nada mais ofensivo ao Sistema Previdenciário do que a desoneração da folha de pagamento. Não virá a gerar postos de trabalho, porque isso não ocorreu com o SIMPLES, nem com o SUPERSIMPLES. Alguém tem que esclarecer à presidente que o empregador nada paga: ele

inclui no preço de seus produtos ou serviços as obrigações tributárias devidas. O que será feito, se aprovado esse absurdo, é enriquecer os segmentos mais abastados e lucrativos da economia. Falar em dar mais competitividade ao empresariado nacional soa como ‘negócio da China’. Será?

O que não dá para entender: não se ajustar a Tabela do Imposto de Renda e, ainda, negociar-se R\$ 5 (cinco reais!) mensais de aumento no salário mínimo apresentado para 2011, ou seja, R\$ 0,16 (dezesesseis

centavos!) ao dia – proposta irrisória que fere a dignidade do trabalhador.

Vamos esperar que, mais para frente, após a montagem completa do governo, questões como essas sejam mais bem discutidas. Por enquanto, vamos reunir forças, articular profundamente as questões fundamentais dos trabalhadores – públicos e da iniciativa privada – e fazer o belo trabalho de conscientização dos novos parlamentares para que, como em legislaturas anteriores, não ocorram omissões e enganos de difícil recuperação.

Por ora, ficamos com o júbilo de defender a Previdência Social, fator de paz interna do país e da redução das desigualdades sociais.

■ **Clemilce Sanfim de Carvalho** é Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil
clemilcecarvalho@bol.com.br



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil



Estudantes de engenharia do Cefet participam de reunião com diretores do SENGE-RJ, para discutir as prioridades da categoria

Senge-RJ reúne-se com estudantes de Engenharia do Cefet

■ Diretoria do Sindicato afirma a importância da renovação e estudantes falam das suas principais necessidades

O SENGE-RJ recebeu, dia 21 de dezembro, um grupo de estudantes de engenharia do Diretório Acadêmico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet). A visita foi fundamental para estabelecer o compromisso de manter um contato sistemático e continuado que permita o debate de iniciativas por melhorias e benefícios na profissão. Conforme ficou programado, uma nova reunião ocorreu no dia 8 de fevereiro, ocasião em que tanto os estudantes, como os membros da diretoria do SENGE-RJ puderam apresentar suas demandas e expectativas para que possam atuar em parceria.

Entre os pontos abordados nos dois encontros, foi feito por diretores do sindicato um relato sobre o processo de remocratização do Sindicato, tendo o diretor Agamenon Oliveira afirmado que o SENGE-RJ precisa de renovação. “Queremos passar o Sindicato para as novas gerações, precisamos deste contato com os estudantes”. Ele contou um pouco da trajetória da entidade. “Até 1980, todos os profissionais que se sindicalizavam iam para o Dops. Hoje, conseguimos construir um legado importante e desejamos que possa ter continuidade”.

O diretor Clóvis Nascimento fez aos estudantes o convite para eles se tornarem sócios-aspirantes, de modo que possam melhor acompanhar e participar do dia-a-dia do Sindicato. “Quando entramos no SENGE-RJ, assumimos a bandeira que precisávamos sair das questões corporativas e ampliar as lutas por um Brasil mais digno”, contou. Clóvis também disse que a história do SENGE-RJ é um pouco da história do Brasil. “Este Sindicato já foi o único SENGE do Brasil e vai completar 80 anos em 2011, isso significa um marco na história da engenharia no Brasil”. As ações e as conquistas que tiveram participação do Sindicato acarretaram significativas melhorias para todos. “Este é um sin-

dicato de categoria. Temos um papel importante na história e no desenvolvimento do país”, assegurou Clóvis.

A vice-presidente Lusía de Oliveira e vários outros diretores também enfatizaram a preocupação e o desejo de renovação das atividades realizadas pelo Sindicato. E manifestaram nessa nova geração de futuros engenheiros, reafirmando a disposição do SENGE-RJ de apoiar e trabalhar em parceria com os estudantes.

DEMANDA ESTUDANTIL

Os estudantes afirmaram a importância do contato e reclamaram que muitos engenheiros, depois de formados, são contratados como analistas, recebendo um salário menor. “Muitos engenheiros estão sendo encaminhados para a área de gestão administrativa, depois de terem estudado tanto a engenharia mais prática, ou seja, de campo”.

Os jovens explicaram também que o Cefet ficou muito tempo sem Diretório Acadêmico, a última eleição, antes da chapa deles, foi em 2006. “Formamos uma chapa com alunos de engenharia insatisfeitos”, disse um dos estudantes.

Por unanimidade, apontaram como principal problema as mudanças criadas pelo Ministério da Educação, que implementou o sistema dos IFET’s - Institutos Federais de Educação Tecnológica, que pretende incluir o Cefet-RJ, o que poderá acarretar o fim de alguns cursos de graduação, redução do número de vagas para graduação, mais dificuldades no orçamento para a manutenção dos cursos atuais de educação superior e dependência do MEC para o provimento do corpo docente. Os estudantes reclamaram das dificuldades que hoje já ocorrem por falta de professores e infraestrutura.

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, afirmou que a diretoria vai trabalhar para que a parceria com os estudantes tenha os melhores resultados e vai decidir sobre a forma de apoiar as reivindicações apresentadas, ficando acertado que novas reuniões serão marcadas.

“Este Sindicato já foi o único SENGE do Brasil e vai completar 80 anos em 2011, isso significa um marco na história da engenharia no Brasil”

Clóvis Nascimento
Diretor do SENGE-RJ

Associados têm vantagens no plano da Mútua

■ Filiados ao Sindicatos estão incluídos em um tipo de associativismo com a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

O arquiteto e Diretor-Presidente da Mútua Nacional (Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea), Wellington Costa, esteve no SENGE-RJ, dia 14 de dezembro, para falar sobre o convênio do Sindicato com a Mútua, outros tipos de associativismos e das vantagens de tornar-se sócio.

De acordo com Wellington Costa, existem produtos para todos os profissionais do Sistema Confea-Crea. São três as categorias de sócios: o Sócio Contribuinte, que precisa pagar anuidade à Mútua, passando a ter direito à solicitar todos os benefícios oferecidos pela Mútua, sejam eles reembolsáveis ou não



Wellington Costa, da Mútua

reembolsáveis (benefícios sociais: pecúlio por morte, auxílio funeral e auxílio aos comprovadamente necessitados); o Sócio Corporativo, que se associa, não paga anuidade, mas se beneficia apenas do que a Mútua tem de parceria, como usufruir de hotéis que têm convênios, farmácias, aquisição de normas da ABNT com desconto de 60% e o direito de fazer o Plano de Previdência Privada Tecnoprev, junto à BB Previdência; e o Sócio Institucional, que precisa ser sócio de alguma entidade profissional registrada no Crea ou no Confea, como é o caso do SENGE-RJ. Neste caso, tem os mesmos benefícios do Sócio Corporativo.

Os associados ao SENGE-RJ já são, automaticamente, Sócios Institucionais da Mútua e têm, portanto, os mesmos benefícios do Sócio Corporativo. Mas, para ter direito às vantagens do Sócio Contribuinte, é necessário fazer outro tipo de convênio.

Há um outro tipo de benefício, denominado Plano Nacional de Saúde, oferecido aos profissionais do Sistema Confea-Crea. Neste caso, é possível fazer a escolha da operadora de Plano de Saúde de preferência, por um preço diferenciado. Em qualquer estado da Federação, o beneficiário poderá utilizar os serviços da operadora de saúde contratada. Por enquanto, as operadoras que fazem parte deste plano são: Sul-América, Unimed, Amil e Medial. Mas a administradora Qualicorp está negociando com outras para ampliar as ofertas de serviços.

Interessados em conhecer mais detalhes dos produtos oferecidos pela Mútua e sobre os tipos de associativismos precisam entrar em contato com a Caixa de Assistência do Rio de Janeiro, através do site www.mutua.com.br.

PRECISAM-SE DE ENGENHEIROS

Estudantes optam menos pela área tecnológica e sobram vagas para engenheiros de diversas modalidades

Adriana Martins

O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo, alerta, durante o 4º Fórum de Coordenadores Nacionais de Ensino Médio, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), que menos de 11% dos universitários brasileiros estão em cursos da área tecnológica. Seria isso um indício de desinteresse dos estudantes ou fragilidade no ensino da Engenharia? Para melhor esclarecer a situação, buscamos a opinião de representantes de entidades, professores e estudantes sobre o assunto.

Segundo informações da Associação Brasileira de Educação de Engenharia (Abenge), com dados primários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil conta com 38 mil engenheiros formados por ano, número que precisa ser dobrado para atender ao mercado, segundo a Confederação Nacional da Indústria, já que o país passa por um processo acelerado de desenvolvimento. Em 2010, especialistas e o próprio governo acreditam que a atividade do país tenha crescido perto dos 7% e, para 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer entre 4,5 e 5%. A essa expectativa, é válido refletir sobre a suposta escassez de profissionais em relação ao que as áreas em crescimento de infraestrutura demandam.

O professor da Uerj e presidente da Associação Brasileira de Educação de Engenharia (Abenge), Nival Pereira Nunes, informa que a instituição trabalha em conjunto com os Conselhos Federal e Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea)

e compõe a equipe os sócios institucionais, ou seja, as faculdades de engenharia, e os sócios individuais, professores que militam em prol de mudanças e melhorias da qualidade do ensino de engenharia no Brasil, o que contribui diretamente para a formação dos profissionais.

A importância do Ensino Médio

Segundo Nival, há preocupação quanto à comunidade acadêmica da categoria. Para ele, é preciso atuar em uma série de variáveis, sendo o Ensino Médio um desses fatores. Uma das dificuldades, de acordo com o professor, está no fato de serem perceptíveis as dificuldades encontradas pelos alunos ao cursar tantas disciplinas exatas, como Matemática, Física e

Química, sem ter uma base adequada na Escola Média.

A avaliação dos cursos da categoria é realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), por meio do Inep. O desempenho dos alunos é observado nas provas, mas outros fatores, como produção científica, integração com indústrias e estruturas de desenvolvimento também fazem parte do método de verificação do ensino.

Anualmente, é realizado o Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (Cobenge), cujas discussões apontam para a necessidade de estudar metodologias inovadoras, adaptação da grade curricular e avaliação do ensino das áreas tecnológicas, e que ações têm sido tomadas para melhorias, como resultado da trocas de informações sobre atividades e proble-

mas de interesse comum, tanto no exercício profissional quanto em relação às entidades, buscando aperfeiçoar a organização administrativa e técnica das instituições, prestando esclarecimentos sobre a legislação vigente e intercedendo junto às autoridades, nos casos da revisão e da proposta de legislação afetarem o ensino de engenharia. “A missão dos encontros é promover melhorias de ensino e atender demandas das universidades brasileiras”, diz Nival.

“A formação média do aluno tem valor na hora de cursar as modalidades da Engenharia. O salário já assustou mais, agora é o que está sendo cada vez mais valorizado”, conclui Nival em referência a luta e aos ganhos das ações de instituições como o SENGERJ, no que diz respeito ao Salário Mínimo Profissional.

O saber técnico não é tudo

De acordo com o vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio) professor Luiz Carlos Scavarda, quanto à qualidade do ensino, as típicas capacidades não técnicas, tais como empre-

“ A formação média do aluno tem valor na hora de cursar as modalidades da Engenharia ”

Nival Pereira Nunes



endedorismo, capacidade de trabalhar em grupo, facilidade de interação interpessoal, visão de mercado, percepção dos problemas sociais e de meio ambiente, preocupação com a sustentabilidade, entre outras, precisam ser muito trabalhadas, já que as qualidades eminentemente técnicas dos formandos são, em geral, ou boas ou, pelo menos, razoáveis.

O professor Scavarda afirma que é necessário para adequar a demanda à oferta de engenheiros, com a qualificação necessária para os setores atualmente em expansão no Brasil, é “tratar os diversos cursos de Engenharia com o objetivo de reduzir a imensa evasão, da ordem de 50%, para que o número de formandos não seja tão pequeno. Em segundo lugar, é preciso um grande esforço junto à Escola Média, para mostrar a relevância da profissão de engenheiros, de forma a aumentar o número atual de candidatos. Em terceiro lugar, é necessário investimento nas Escolas de Engenharia, para que possam absorver mais estudantes em seus cursos”, assegura.

Engenharia como solução social

Para o professor, a Engenharia deve ser vista como solução nacional, já que a sociedade como um todo se inclui na forma de estruturação e aplicação do ensino. Com isso, acentua: “Se não formarmos engenheiros com olhos voltados à sociedade para solucionar as dificuldades do país, eles continuarão à reboque da Engenharia, ou seja, é essencial deixar claro para os profissionais a importância de sua carreira, inclusive discutindo questões de âmbito social”.

A fim de evitar a importação de engenheiros estrangeiros pelas empresas



Presidente da Abenge, Nival Nunes, lamenta a fragilidade do Ensino Médio



Vice-reitor da PUC-RJ, Luiz Scavarda, propõe reduzir a evasão universitária

que atuam no Brasil, o professor assegura que um trabalho a longo prazo é possível de ser articulado e efetivado. Ainda assim, Scavarda diz que é necessário perceber que tudo isso vale para atender o mercado atual. “Se pensarmos em Engenharia como indutor de progresso, via inovação e aumento da competitividade do setor produtivo nacional, como fazem a Coreia do Sul, China, Índia, Cingapura e outros, então o número de profissionais de Engenharia será ainda maior”, afirma.

Como suporte aos estudantes, as mudanças deveriam começar no Ensino Médio, ao incluir disciplinas de tecnologia, a fim de mostrar aos jovens uma Engenharia diferenciada, com um olhar mais social. “O engenheiro não deve ter apenas uma formação técnica, deve ter a capacidade de olhar e modificar a natureza em prol de benefícios para a sociedade, fazendo uso da tecnologia”, diz.

“ O engenheiro não deve ter apenas uma formação técnica, deve ter a capacidade de olhar e modificar a natureza em prol de benefícios para a sociedade ”

Luiz Carlos Scavarda

Engenharia, uma bandeira nacional

O professor sugere a discussão de temas grandes em conjunto com os sindicatos, escolas médias e superiores, governos e setores produtivos. “Admiro as forças vivas, como os sindicatos, que levantam a bandeira da Engenharia como uma bandeira nacional”, completa.

Incentivo à C & T

O diretor do SENGE-RJ e professor da UFRJ, Agamenon Oliveira, afirma que é necessário despertar mais interesse na população, principalmente nas camadas mais jovens, sobre ciência e tecnologia. “Cabem às instituições tecnológicas e ao governo criarem atividades científicas, tais como feiras de ciências, exposições e premiações, para estimular o interesse”, declara Agamenon.

EM 2010, VITÓRIA COM O SMP

• O ano de 2010 foi de ganhos à categoria, no que diz respeito a algumas importantes ações judiciais movidas pelo SENGE-RJ, por exemplo, o sucesso da ação judicial, em segunda instância, a favor do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros da Central Logística. A sentença garantiu também que as horas extras fossem pagas com o adicional de 50% em relação à hora normal. O SMP, neste caso, foi fixado em nove vezes o salário mínimo nacional vigente. Portanto, os engenheiros da Central Logística que têm jornada de trabalho de 8 horas diárias fazem jus ao piso salarial de 9 salários mínimos. ■



Vale do Cuiabá - Itaipava



Vale do Cuiabá - Itaipava



São José do Vale do Rio Preto

• O SENGE-RJ coordena um grupo de trabalho e acompanha o desfecho da tragédia na Região Serrana, causada por enchentes, deslizamentos e negligência, resultando em quase mil mortes, no início do ano. O engenheiro Carlos Fonseca fotografou algumas áreas atingidas.



São José do Vale do Rio Preto



São José do Vale do Rio Preto

Fotos de Carlos Fonseca, engenheiro eletricista de Fumas

Engenharia Cultural

ARTE, POESIA
E LITERATURA

A magia das curvas

A beleza é a sua meta.
Só a vida deve ser reta.
Mas as curvas mais provocantes,
E também mais perigosas,
São aquelas que além de sinuosas,
São também insinuantes.
Por isso na arquitetura de Oscar,
Na mulher ou nas ondas do mar,
Elas requebram, sem se quebrar.
Essas curvas são de arrasar.
Na arquitetura ela é rainha,
Dá uma graça onde não se tinha.

Doces engenheiros de um país salgado

Tão valorosos, mas tão rejeitados,
Mentes maravilhosas em corpos desprezados
Muitos partiram para o trabalho braçal
Tremendo desperdício que ao Brasil faz mal.
Mas mesmo sendo marginalizados,
Os engenheiros de um povo varonil
Transformaram o país do pré-sal
Num promissor futuro
Para um doce Brasil.

Elson Oliveira é engenheiro eletricista

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

SENGE-RJ na nova Diretoria do Crea-RJ

Conselheiros elegeram, em plenária realizada no dia 24 de janeiro, a nova Diretoria do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ).

Como 1º vice-presidente do Crea-RJ foi eleito o engenheiro eletricista Clayton Guimarães do Vabo. O também engenheiro eletricista José Amaro Barcelo foi eleito 3º tesoureiro. Ambos são diretores do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e terão mandato até o final de 2011.

Portanto, a composição da diretoria do Crea-RJ ficou da seguinte maneira: presidente: Agostinho Guerreiro; 1º vice-presidente – Clayton Guimarães do Vabo; 2º vice-presidente – Sérgio Niskier; 1º diretor administrativo – Rockfeller Maciel Pecanha; 2ª diretora administrativa – Francisca Maria Alves Pinheiro; 3º diretor administrativo – Simey Braga; 1º diretor-financeiro – Antônio Cláudio Santa Rosa Miranda; 2º diretor-financeiro – Ricardo do Nascimento Alves; 3º diretor-financeiro – José Amaro Barcelos Lima

Vitória para os engenheiros da Comlurb

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro é autor, mais uma vez, de uma vitória que merece destaque. A 6ª turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ) julgou procedente a ação em defesa dos engenheiros da Comlurb, que possibilita extensão dos direitos a outras categorias.

A ação contra a Comlurb vai garantir a esses profissionais as promoções por tempo de serviço, com o pagamento das diferenças salariais devidas. Essa é mais uma bela vitória do Sindicato e dos engenheiros da Comlurb.

art

GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

O mercado de trabalho de engenharia em contexto de crescimento econômico

O desempenho positivo da economia brasileira nos últimos anos tem se refletido no mercado de trabalho. A taxa de desemprego vem apresentando queda contínua, ainda que não constante. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE¹, aponta uma redução da taxa de 17,9% em 2005 para 11,9% em 2010².

Os rendimentos, por sua vez, vêm crescendo. Entre 2005 e 2010, no conjunto das regiões pesquisadas, aumentaram os rendimentos mensais médios reais de ocupados (9,5%) e de sua parcela assalariada (6,1%).

Em face do debate sobre o aquecimento do mercado de trabalho da engenharia, que seria ainda mais forte do que o crescimento médio do mercado de trabalho como um todo, um levantamento inicial nas bases de dados disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta alguns elementos para análise.

Segundo os dados da RAIS³, o mercado de trabalho formal no Brasil expandiu-se 24,0% em relação ao número de ocupações no período entre 2005 e

2009. No mesmo período, o mercado da engenharia cresceu 31,6% no Brasil e 37,2% no estado do Rio de Janeiro. Isso aponta para o forte efeito que os investimentos recentes no estado têm sobre o mercado de trabalho da categoria. Em nível nacional, a proporção das ocupações da engenharia em relação ao total de vagas cresceu de 0,47% para 0,50% neste período.

A partir dos dados do CAGED⁴ identifica-se saldo positivo da movimentação ano a ano no mercado de trabalho da engenharia, ou seja, as admissões destes profissionais superaram os desligamentos no período analisado. A remuneração mensal média real⁵ dos admitidos variou 20,6% dentre os profissionais da engenharia no período 2005-2010. Esses dados indicam que os profissionais da engenharia, com vínculo celetista, tiveram um aumento real da remuneração superior à média global dos ocupados e dos assalariados, no âmbito dos quais a política de valorização do salário mínimo tende a elevar a média, uma vez que parte significativa tem a sua renda associada ao salário mínimo nacional.

Quando se considera a relação entre a remuneração média mensal do profissional da engenharia e o piso salarial da categoria⁶, nota-se que, no período analisado, as remunerações são superiores ao piso. Essa razão apresentou pequenas variações dentre os anos do período analisado, tendo como extremos 9,1 salários mínimos de remuneração média mensal em 2009 e 9,9 salários mínimos em 2005.

Entretanto, é preciso considerar que o cálculo do valor médio pode esconder peculiaridades. Como o mercado de trabalho da engenharia está aquecido, remunerações mais elevadas e de profissionais seniores podem elevar a média geral, não permitindo a identificação dos setores e casos específicos em que a remuneração está em desacordo com o piso.

¹ A PED é desenvolvida em parceria com a Fundação SEADE e tem o apoio do Ministério do Trabalho/FAT. A pesquisa é realizada nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

² Os dados de 2009 e 2010 incluem também como referência a Região Metropolitana de Fortaleza.

³ A base de dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais está atualizada até 2009. Ela contém o registro do estoque, em 31 de dezembro de cada ano, das ocupações no mercado formal de trabalho, tanto estatutários quanto celetistas.

⁴ O CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – registra a movimentação mensal dos vínculos formais dos celetistas.

⁵ O inflator utilizado foi o IPCA-IBGE.

⁶ O salário mínimo profissional dos engenheiros é definido pela Lei 4.950/66, que estabelece a remuneração mínima obrigatória para os profissionais empregados e regidos pela CLT. Para uma jornada de 40 horas semanais, o piso é de 9 salários mínimos.

ABEN tem nova diretoria

A nova diretoria da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben) tomou posse dia 6 de dezembro, no Clube de Engenharia. O presidente é o engenheiro Edson Kuramoto, que há 24 anos trabalha no setor. Formado pela Universidade de Brasília, Kuramoto tem especialização na Alemanha em análise de segurança de usinas nucleares e mestrado em energia nuclear pela Coppe/UFRJ.

A diretoria foi eleita para o período 2011-2012 e é formada ainda por Margarida Mizue Hamada (1ª vice-presidente), Olga Cortes Rabelo Leão Simbalista

(2ª vice-presidente), Roberto Cardoso de Andrade Travassos (tesoureiro), Paulo Roberto de Souza (1º secretário) e Rogério Arcuri Filho (2º secretário).

A Aben, fundada em 1982, é uma entidade de cunho técnico e científico, que tem por objetivo divulgar a importância do uso da energia nuclear, com fins pacíficos, para o desenvolvimento soberano do Brasil. A entidade congrega técnicos e cientistas, além de empresas, institutos de pesquisa, órgãos governamentais e outras organizações ligadas direta ou indiretamente ao setor nuclear brasileiro.

10 anos de Angra 2

A usina nuclear Angra 2 completou dez anos de operação comercial, em 1º de fevereiro, produzindo mais de 95 milhões de megawatts-hora, o suficiente para abastecer uma cidade como o Rio de Janeiro por quase sete anos. Hoje, a usina contribui para o Sistema Interligado Nacional, com indicadores de desempenho que a colocam na 21ª posição do ranking do setor, definido pela World Association of Nuclear Operators-WANO.

Angra 2, construída a partir do Acor-

do Nuclear Brasil-Alemanha (1975), foi iniciada em 1981 e, após vários processos de redução das obras por falta de recursos, tornou-se operacional em 2000 e iniciou sua operação em 2001.

Importante lembrar do esforço profissional dos empregados da Eletrobras Eletronuclear, que souberam superar as dificuldades em muitos períodos desses dez anos da usina, e que são os reais responsáveis pelo sucesso agora comemorado.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL • Engenheiro, exija seu direito • LEI 4950-A/66

Sem olhos nem ouvidos para a sociedade

■ Renovação da Concessão da SuperVia é ilícita e inviabiliza o Projeto Central

Adriana Martins

O SENGE-RJ continua na luta pelo Projeto Central – Aceleração de Transporte Ferroviário no estado, criado em conjunto com o Crea-RJ, CUT-RJ, Clube de Engenharia, Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, Comissão de Transportes da Câmara Federal, Comissão Nacional de Trabalhadores de Transporte, Comissão do Trem, Seaej, MUB, Famerj, Fameg e Comamea.

Mas com a aprovação da renovação do contrato que concede à SuperVia, concessionária de trens metropolitanos, a permanência por mais 25 anos, a partir de 2023, no comando das linhas de trem da região, será árduo o caminho para manter o Projeto Central e tirá-lo do papel. Apesar disso, o SENGE-RJ soma forças para manter essa luta e exigir um transporte digno para a população, seja por meio de seminários, assembleias e audiências públicas. O deputado Alessandro Molon entrou com uma representação no Ministério Público para que haja apurações e investigações no novo contrato, que ele considera inconstitucional.

Perde a Central e a população

Com a renovação do contrato com a SuperVia, a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), que tinha sob sua responsabilidade os bondes de Santa Teresa e os projetos de trens urbanos para os trechos de Visconde de Itaboraí a Niterói e Guapimirim-Saracuruna, irá perder esses últimos trechos para a SuperVia, sendo que, na operação contratual, quem assume 60% da concessão é a Odebrecht Transport, atuante nos setores rodoviário, de transporte urbano, de infraestrutura de logística (portuária e dutos).

O diretor do SENGE-RJ Jorge Saraiva informa que, além da ilegalidade, a iniciativa do atual Governo do Estado inviabiliza o Projeto Central, que é de baixo custo e tem a intenção de colaborar para a qualidade de vida da população dos municípios envolvidos, principalmente da população de baixa renda.

“Pelo visto não há interesse por parte do Estado em investir nesse projeto. E, na verdade, só temos aspectos positivos com esta causa, pois é uma iniciativa gratuita,



Adriana Martins

em termos de consultoria. Quanto ao VLT, proposto no projeto Central, a fabricação é nacional. As linhas ferroviárias do projeto já existem e são subutilizadas. A demanda por transporte atual é grande e será ainda maior com as obras em torno do projeto”, ressalta o diretor.

Inconstitucionalidade

Jorge Saraiva reuniu-se com o deputado federal Alessandro Molon, para debater a iniciativa do Projeto Central em disponibilizar um plano eficiente para organizar o sistema ferroviário do estado. Na ocasião, Saraiva reafirmou que, além da ilegalidade, a iniciativa do atual Governo do Estado impede que se ponha em prática este projeto do Sindicato, tendo em vista que quem assumirá a maior fração da responsabilidade ferroviária em questão é uma empresa privada.

Molon ressaltou que, para se renovar uma concessão, é preciso cumprir pelo menos a metade do contrato anterior, o que não foi respeitado pelo novo acordo entre o Estado e a SuperVia. Além disso, não houve discussão com a sociedade tampouco avaliação contratual, o que significa que pode haver uma série de irregularidades no processo.

“O Governo do Estado já assinou novo período contratual, embora isso seja inconstitucional. Então, o objeto do contrato está sendo modificado e não prorrogado”, alega Molon.

O deputado já entrou com uma representação no MP para que haja apurações e investigações no novo contrato: “A representação no Ministério Público é um pedido de análise do contrato. Diante dos documentos que a SuperVia terá que encaminhar e com os resultados obtidos será possível su-

gerir a anulação da proposta”, afirma. “No caso do Metrô, já foi verificada a irregularidade. Quanto à SuperVia, ainda é preciso verificar essa etapa e investigar as documentações”, reitera.

A luta da sociedade

Contudo, os ministérios Público, do Meio Ambiente, do Transporte, além de empresários e governantes já estão cientes do projeto ferroviário. Nesse sentido, o Projeto Central é a primeira de uma série de propostas que visam a solução das urgências da população que circulam pelos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí, Duque de Caxias, Itaguaí e Rio de Janeiro.

Desse modo, o SENGE-RJ, juntamente com representantes do Projeto Central, entrou em um consenso para que sejam realizadas audiências públicas regionais nos municípios que têm interesse na luta em prol de um transporte seguro, viável, barato e de qualidade para a população, especialmente aqueles que moram longe de seus locais de trabalho. Representantes de Itaguaí, Magé, Guapimirim, Itaboraí e Duque de Caxias já estão se mobilizando com a população e pretendem se articular política e economicamente, junto a governantes e empresas, para firmar o Projeto Central como prioridade.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio dos Santos, afirmou que é preciso convocar a população a se mobilizar e consolidar o projeto. “O SENGE-RJ pode se encarregar disso junto à CUT, ao Crea-RJ e a outras entidades para o empenho do transporte”, acentuou. Foi decidido que cada município integrado ao movimento deverá marcar uma audiência pública para apresentar o Projeto Central em debate.

SENGE-RJ vai ao Faixa Livre debater melhorias para o sistema ferroviário do Rio

• O diretor SENGE-RJ Luiz Antonio Cosenza marcou presença no debate realizado no programa Faixa Livre, Rádio Bandeirantes 1360 khz AM, dia 28 de janeiro. Com ele, estiveram o ferroviário Valmir Lemos, conhecido como “Índio”; e Edgar Vaz, na representação do diretor da Divisão Técnica de Transporte do Clube de Engenharia e da Federação de Metroviários. O deputado federal eleito Alessandro Molon (PT-RJ) deu seu depoimento ao programa no dia 31. Foram debatidas, tanto do ponto de vista técnico quanto político, as alternativas para o sistema ferroviário no Brasil e os recursos que a população tem para ser ouvida.

Alessandro Molon disse que o problema dos transportes é um dos que mais afeta a vida dos trabalhadores. Ele ressaltou o grande tempo que é gasto no trânsito e valorizou a iniciativa do Projeto Central. Sobre a renovação do contrato da SuperVia, Molon considera “mais uma daquelas prorrogações irregulares de concessão” e diz que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), ao contrário de seu dever de regulação, aprovou a concessão na mesma sessão em que aplicou multa de R\$150 mil na SuperVia, devido a uma série de agressões realizadas por funcionários a passageiros (2008). “A concessão que iria até 2023 vai até 2048. É um escândalo na minha opinião”. O deputado federal considera difícil a iniciativa junto ao Ministério Público para a instalação de uma CPI de Metrô e SuperVia, embora já tenha recolhido a quantidade de assinaturas suficiente.

Outro aspecto levantado foi o fato de que alguns trechos não constavam no contrato da SuperVia, sendo inseridos com a renovação da concessão, o que só poderia ser feito a partir de uma nova licitação, já que o que se está prorrogando são outras linhas.